



## Seu País

# Dilma não quer conselho

**PODER** Por ordem da presidenta, o “Conselhão” criado por Lula está à beira da extinção

POR RODRIGO MARTINS

**C**RIADO PELO presidente Lula em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), apelidado de “Conselhão”, está abandonado. Composto de ministros, empresários, industriais, representantes de bancos, sindicalistas, líderes de movimentos sociais e acadêmicos, o heterogêneo grupo de assessoramento da Presidência paulatinamente perdeu espaço no governo Dilma Rousseff e não se reúne há mais de um ano.

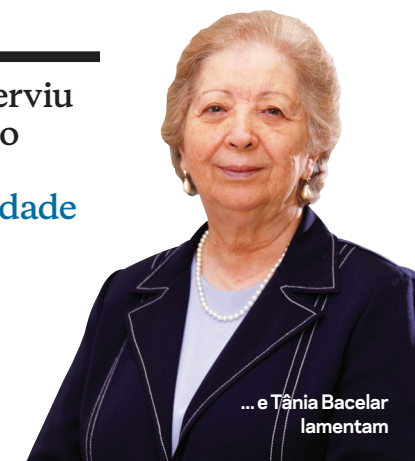
O Conselho deveria realizar quatro plenárias anuais, mas a última ocorreu em 5 de junho de 2014. Os mandatos de todos os 90 conselheiros da sociedade civil estão vencidos desde o ano passado e não foram renovados. Alguns receberam convites para retornar às atividades em fevereiro des-

te ano, mas acabaram esquecidos. Na prática, o grupo está dissolvido. “Fico até desconfortável para falar a respeito, porque os nossos mandatos terminaram há mais de um ano. Que eu saiba ninguém foi reconduzido. A rigor, não existem mais conselheiros”, diz Humberto Mota, presidente da Dufry Brasil e dirigente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Até 2014, o empresário integrava o comitê gestor.

“No início de sua gestão, Dilma ainda usava esse fórum, mas não com a mesma disposição de Lula”, emenda o advogado Murillo de Aragão, conselheiro desde 2007 e presidente da empresa de consultoria Arko Advice. “A impressão é que o governo ficou mais isolado com o Aloizio Mercadante na Casa Civil. Já não era muito aberto, mas se fechou ainda mais



Aragão, da Arko Advice...



... e Tânia Bacelar lamentam

O grupo serviu antes como um ponto de estabilidade







LAYCER TOMAZ/CÂMARA DOS DEPUTADOS E ANTONIO CRUZ/ABR



## Seu País

para o diálogo. Trata-se de um erro grotesco de avaliação. Diante da atual crise, o Conselho poderia ter um papel muito importante para discutir as medidas do ajuste fiscal, construir um consenso, propor uma agenda modernizadora, mas em nenhum momento foi acionado.”

**Ao longo dos dois** mandatos de Lula, o conselho participou ativamente da elaboração de diversas políticas públicas. Contribuiu para as reformas tributária e previdenciária, criou incentivos para as micros e pequenas empresas, participou da concepção do Programa Minha Casa Minha Vida e propôs inovações na política de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, além de formular uma Agenda Nacional de Desenvolvimento. O grupo também não se furtou a contribuir com o governo nos períodos mais turbulentos, na política e na economia.

Em setembro de 2005, no auge da crise do “mensalão”, 39 conselheiros assinaram uma moção no qual pediam para os parlamentares colocar “o interesse do País aci-

### Um grupo seleto de conselheiros se reunia com Lula toda semana

ma das questões partidárias e pessoais”. Propuseram ainda uma reforma política para a superação do impasse instalado no Congresso. O documento acabou assinado por empresários como Abílio Diniz, Jorge Gerdau, Roger Agnelli, Paulo Skaf e até mesmo pelo tucano Horácio Lafer Piva.

O conselho voltou a ter protagonismo na crise financeira internacional de 2008. O governo incorporou diversas sugestões para proteger a economia nacional dos efeitos da recessão na Europa e nos Estados Unidos. Por iniciativa do grupo, pela primeira vez os presidentes do Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES reuniram-se para definir uma política conjunta, que resultou na diminuição do *spreed*

bancário das instituições financeiras públicas. O setor privado viu-se compelido a seguir a tendência e baixar os juros.

**À época, Lula** também se reunia com um grupo menor de conselheiros para discutir os rumos do Brasil toda segunda-feira, recorda a economista Tânia Baccelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco e integrante do Conselho desde 2004. “O grupo funcionava como uma espécie de caixa de ressonância. Ouvia o governo, mas opinava. Identificava os setores mais afetados, onde a crise batia, além de propor sugestões para a política econômica”, recorda a economista. “A isenção do IPI da linha branca foi uma ideia apresentada por esse comitê menor que se reunia com o presidente.”

Ao nascer, em 2003, o conselho era uma secretaria especial com status de ministério. Dois anos depois acabou vinculado à estrutura da recém-criada Secretaria de Relações Institucionais. Em 2011, Dilma decidiu transferi-lo para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, à época sob a chefia

## MENOS PT, MAIS PMDB

VIANNA: “SERIA MELHOR TER PERDIDO A ELEIÇÃO”

**E**m uma articulação para tentar afastar de vez o fantasma do *impeachment*, a presidenta Dilma Rousseff comandou várias negociações com partidos e parlamentares nos últimos dias. O esforço foi bem-sucedido. Ao conseguir manter a maioria dos vetos presidenciais às pautas-bombas armadas pelo próprio Congresso, o Palácio do Planalto colheu uma vitória como há tempos não se via. De quebra, as conversas tiveram o efeito de reduzir o ímpeto de quem aposta no *impeachment*. Ao menos por enquanto.

Se a presidenta tem motivos para respirar aliviada, o mesmo

não se pode dizer do PT. Ou do partido como um todo. Há semanas é possível ouvir, em conversas ao pé do ouvido, lamúrias de integrantes da legenda sobre o futuro do governo e o fardo de ocupar o Palácio do Planalto. Um deles resolveu desabafar abertamente. “Para salvar o governo, a única solução é piorar o governo. Seria melhor ter perdido a eleição”, afirma Jorge Vianna, vice-presidente do Senado.

O pessimismo dos petistas nasce de um drama existencial. Fragilizada e distante dos movimentos sociais inconformados com o ajuste fiscal, diz um ex-



O senador do PT vê uma rendição ao conservadorismo

-colaborador de Dilma e de Lula, a presidenta só tem uma saída: ceder aos conservadores. É direita, voltar. Não seria melhor, então, estar na oposição a uma gestão Aécio Neves, atacar o ajuste que ele certamente faria e ver o tucano embarcado pe-

lo envolvimento dos governistas de sempre na Operação Lava Jato e hoje aliados ao PT?

Enquanto o partido da presidenta se consome, o governo faz concessões aos conservadores. No início do mês, uma portaria do Ministério da Edu-





"A rigor não existem mais conselheiros", lamenta Mota

do peemedebista Moreira Franco. A mudança gerou desconforto entre os conselheiros. No fim de 2013, o grupo de assessoramento acabou incorporado ao gabinete da Casa Civil. Pela importância da pasta, imaginava-se que a estrutura voltaria a ganhar força. Engano. Desde a posse de Mercadante, o fórum aos poucos foi sepultado.

O desprestígio é evidente. Do modes-

to orçamento de 1 milhão de reais previsto para 2015, apenas 164,3 mil reais foram empenhados até o momento, revela uma pesquisa no sistema de execução orçamentária da Presidência. Como os conselheiros não são remunerados, o valor é usado para organizar seminários, reuniões de grupos de trabalho e para o custeio de passagens aéreas e hospedagem de

conselheiros que não moram em Brasília, embora a maioria dos empresários prefira pagar as despesas do próprio bolso. Em 16 de setembro, a entidade recebeu uma premiação da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais, que congrega mais de 70 países. Nenhum representante brasileiro foi receber a homenagem no evento realizado em Moscou.

"Tenho esperança de que, passada essa turbulência política, o Conselho seja reativado. Até porque, neste momento, não sei nem se seríamos capazes de contribuir tanto, pois temos um cenário muito tensionado", avalia Jorge Nazareno Rodrigues, dirigente da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região. Segundo Rodrigues, um dos principais méritos do fórum era estimular o debate entre forças antagônicas, que dificilmente estariam abertas ao diálogo em outros ambientes.

Por meio da assessoria de imprensa, a Casa Civil informou que Dilma continua a considerar o conselho uma "importante instância consultiva".

cação criou um Comitê de Gênero para propor ideias para enfrentar o preconceito a partir da educação. Na segunda-feira 21, veio o recuo. O comitê agora será de Combate à Desigualdade, definição sem o mesmo poder simbólico. O passo atrás foi dado após o governo negociar uma trégua anti-impeachment com dois expoentes da bancada evangélica, os deputados Marco Feliciano (PSC), e João Campos (PSDB).

Outro exemplo é a reforma ministerial. Dilma planeja juntar pastas da área social em uma só. Em compensação, após resistir à pressão do PMDB durante o primeiro mandato, agora aceita dar ao partido o Ministério da Saúde, dono de um orçamento de 100 bilhões de reais por ano. Um dos favoritos

para o cargo é o deputado Manoel Junior, da Paraíba, espécie de laranja do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, desafeto da presidenta. E mais: ferrenho crítico do Programa Mais Médicos. Manoel Junior substituiria o petista Arthur Chioro.

Para negociar com o PMDB, Dilma elegeu um novo interlocutor na sigla, o líder da bancada na Câmara, Leonardo Picciani, do Rio de Janeiro. O flerte começou há algum tempo. Em conversas reservadas com emissários do Planalto, o deputado sempre deixou claro não dever nada a Cunha. Teria feito sua campanha sem ter rece-

bido um tostão do maior mecenas de Brasília.

Picciani é também um dos responsáveis por Dilma estar convencida de que o vice-presidente, Michel Temer, e seu escudeiro Eliseu Padilha ministrarão a Aviação Civil conspiraram contra ela. Ambos teriam se aproveitado dos quatro meses no leme político do

Planalto para negociar a distribuição de cargos federais conforme os interesses da dupla. Nada de compromisso contra o impeachment. Picciani teria feito chegar a Dilma um vídeo comprometedor para Padilha, disseram a Carta



Picciani se aproxima da presidenta

Capital dois vice-líderes do governo na Câmara.

Graças às negociações com os deputados do PMDB, o Planalto conseguiu na terça-feira 22 manter vetos presidenciais a leis que ampliariam o rombo das contas públicas se entrassem em vigor. Nas contas do Ministério do Planejamento, a derrubada dos vetos implicaria 23 bilhões de reais de despesas extras no ano que vem e 127 bilhões, em 2019. No entanto, o mais polêmico dos vetos ainda espera por votação. É a lei que dá até 78% de reajuste aos servidores do Poder Judiciário. Se o não presidencial for suspenso, o gasto adicional será de 5 bilhões de reais, em 2016, e de 36 bilhões, em 2019.